

Wolf. Organização de Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman Bianco. Brasília; São Paulo; Campinas: Ed. UnB; Imprensa Oficial; Ed. Unicamp, 2003a. p. 73-92.

_____. Parentesco, amizade e relações patrão-cliente em sociedade complexas. In: _____. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Organização de Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman Bianco. Brasília; São Paulo; Campinas: Ed. UnB; Imprensa Oficial; Ed. Unicamp, 2003b. p. 93-116.

CAPÍTULO 8

Representantes políticos, relações pessoais e reputação

Marcos Otavio Bezerra

Quando se observam as unidades político-administrativas, os grupos sociais, as expectativas e ações que se encontram associadas a certa concepção de representação política que funda parte do trabalho cotidiano de deputados federais e senadores, constata-se que não há necessariamente uma coincidência entre a concepção oficial, estatal, e a concepção prática que define estas unidades, expectativas ou ações.¹ Estas não são devidamente compreendidas se fixamos o foco de observação nos marcos que estabelece a Constituição Federal ao referir-se às atribuições de deputados como “representantes do povo” e de senadores como “representantes dos estados e do Distrito Federal”. Mas essa não coincidência é conhecida e explicitada pelos próprios parlamentares. Ela é vivida como inerente ao exercício do mandato e, portanto, não é experimentada como um problema que exija algum tipo de solução. Como me explicou um deputado federal (PFL-PE)²

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no 33º Encontro Anual da Anpocs, em 2009, no Fórum intitulado “As ciências sociais e o estudo da política”. Agradeço aos participantes os comentários feitos. Benefício-me ainda das discussões efetuadas durante o curso “Antropologia dos modos de regulação social”, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ, em 2006), oferecido em conjunto com Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, Ana Claudia Marques, John Comeford e Renata Menezes.

² As observações e entrevistas mencionadas nas páginas que se seguem foram reunidas no contexto de diferentes pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1996 e 2006. A natureza do mandato e o vínculo partidário dos políticos mencionados são aqueles mantidos por ocasião das entrevistas. Ao longo do texto retomo também depoimentos de prefeitos, secretários e vereadores de três municípios das regiões Serrana e Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro.

ao referir-se ao trabalho parlamentar, se a produção da legislação nacional é tida publicamente como a tarefa principal do deputado, este não é o aspecto de fato valorizado pelos eleitores de seu estado. Ele resume seu argumento nos seguintes termos: “Enfim, a realidade [“a expectativa da população”] é mais forte do que as leis, do que a constituição, o que seja. As pessoas acham que o deputado que elas mandaram para Brasília é o representante delas em Brasília. Essa não é a ideia fundamental do parlamento, mas é a ideia do povo, supera”.³ Não é difícil perceber nessa compreensão sobre a representação política certa tensão, em termos do que se considera subjetivamente válido, entre os preceitos legais e a convenção.⁴ Mas não é exatamente esse aspecto que gostaria de examinar. O que me parece mais relevante para a compreensão do trabalho de representação política é a atribuição pelo parlamentar de maior importância à chamada expectativa da população. Levar a sério esta diferenciação e hierarquização entre as atribuições constitui, portanto, o ponto de partida deste artigo. Trata-se de reconhecer que o marco oficial e o que é descrito como expectativas da população constituem realidades para os parlamentares, ou seja, referências importantes na definição da natureza e do significado de suas ações. Interessa-me, por conseguinte, examinar os processos e relações sociais que se instituem em torno dessas referências e o modo como se articulam a certa concepção de representação política e práticas de representação.

³ O contraste entre a participação nos “debates legislativos” e a dedicação às demandas pontuais é destacado também por um ex-prefeito e deputado (PMDB — ES) que, para ressaltar a atuação junto à burocracia governamental, compara o trabalho que faz o parlamentar em certas ocasiões ao de um “despachante”. Diz: “Porque às vezes o deputado é levado pela própria sociedade a participar de outras discussões que não são prioritárias para o país. (...) Eu vim ontem [para Brasília] para hoje ficar correndo atrás de audiência, atrás de informações que as pessoas pedem (...). Se eu saio do Plenário para ir a um Ministério, a um Departamento do Congresso Nacional ou a uma Secretaria para ver um processo, estou dentro de um pequeno grupo de cidadãos brasileiros, ou, às vezes, de uma pessoa”.

⁴ Utilizo aqui as distinções efetuadas por M. Weber (1994) entre direito, costume e convenção.

POLÍTICA, RELAÇÕES PESSOAIS E FAVORES

A ideia de que cabe ao parlamentar representar as pessoas em Brasília ganha contornos formais no Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao ser inscrita na rubrica “reivindicações das comunidades representadas”. Assim, ao referir-se ao “exercício do mandato”, o Regimento assegura ao deputado a prerrogativa de “promover” junto aos órgãos da administração pública os interesses públicos e reivindicações dos grupos que representam (Art. 226, V: “Promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito nacional ou das comunidades representadas”). Ao se acompanhar o cotidiano do trabalho parlamentar, observa-se que a possibilidade regimental de atuar junto aos órgãos públicos em nome do interesse dos representados delimita um conjunto amplo de relações do parlamentar com eleitores e lideranças políticas estaduais e municipais.

Mas essas relações, e este é outro aspecto que gostaria de destacar no momento, não estão pautadas em obrigações decorrentes estritamente das posições institucionais ocupadas pelas pessoas, sobretudo quando se têm em conta os vínculos estabelecidos entre políticos no exercício de seus mandatos. Essas relações assentam-se em grande medida em obrigações — como a lealdade e a retribuição de favores recebidos — que a título de uma primeira aproximação designo como pessoais. Como procuro demonstrar a seguir, ao concentrar a atenção especificamente em relações estabelecidas entre políticos que ocupam posições institucionais nos planos nacional e municipal, o trabalho de representação política — e especificamente aquele em que está em jogo a promoção de interesses materiais dos representados — pode ser interpretado como constituído ao mesmo tempo de relações institucionais e pessoais.⁵

⁵ A articulação entre relações institucionais e pessoais como qualidade da política, a despeito de esta ser feita no âmbito de instituições municipais ou nacionais, é ressaltada por M. Palmeira (2000).

A análise sobre como obrigações pessoais se inscrevem nos laços estabelecidos entre os próprios políticos permite trazer à luz dimensões significativas dos processos de constituição dos representantes políticos e de suas práticas de representação. É o caso, por exemplo, da definição da reputação dos representantes. Lembro que, ao refletir sobre a representação política, P. Bourdieu argumenta que esta é constituída por duas espécies de capital político: o “capital delegado” e o “capital pessoal”. Em termos amplos, o primeiro é descrito como detido e controlado por uma instituição — o partido, o sindicato etc. — e sua aquisição é viabilizada através do pertencimento e investimento na própria instituição. O segundo firma-se no fato de se ter um “nome”, uma “reputação pessoal”, está associado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido. Este pode ser acumulado ao longo do tempo através da posse de qualificações específicas, caso do capital de notável, ou através de ações inaugurais, carismáticas no sentido weberiano, caso do capital heroico ou profético (Bourdieu, 1989:187-194). A construção de uma boa reputação é uma das questões em jogo na relação do parlamentar com os políticos locais.⁶ Como lembra o deputado (PFL-PE) ao mencionar as condições para que alguém dispute com chances reais a eleição para um cargo eletivo, é “preciso ter um nome que seja altamente conhecido”.⁷ A construção desse nome está associada, em parte, à habilidade e aos recursos sociais de que dispõe o parlamentar para atender, ou fazer crer que está empenhado em atender, as solicitações que lhes são encaminhadas.

Considerando neste momento somente as ações empreendidas pelos próprios políticos com vistas ao atendimento de seus “pleitos” mútuos, é importante ressaltar que o resultado positivo destas ações, ou seja, a obtenção do serviço ou bem solicitado, não é

⁶ Para uma discussão a respeito da relação entre política e reputação no âmbito de “comunidades morais”, ver Bailey (1971).

⁷ As outras condições mencionadas são: um discurso (que esteja de acordo com o que as pessoas desejam ouvir) e uma “tecnologia” (como os meios de comunicação e o contato direto com os eleitores, o “*corpo a corpo*”).

entendido pelos agentes envolvidos nessas relações simplesmente como a realização de obrigações institucionais — o que poderia ocorrer caso os agentes interpretassem as ações a partir da referência às normas regimentais —, mas como favores solicitados, concedidos e recebidos. Essas ações e os favores obtidos geram, por conseguinte, obrigações e compromissos pessoais entre os políticos.⁸ Como observou Carl Landé (1977) em meados dos anos 1970, remetendo a trabalhos escritos nas duas últimas décadas, estudos elaborados sobre “sociedades em desenvolvimento” sugerem que relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização das atividades políticas do que os grupos baseados em identidades de classe, ocupacional ou afinidades ideológicas (Landé, 1977). No caso do Brasil, a importância das relações pessoais no âmbito do exercício da representação política parece estar associada, entre outros aspectos, a uma concepção sobre a política que a articula à distribuição de favores e ao peso relativo que têm instituições políticas, como os partidos, na competição pelo mandato parlamentar.⁹ Nos termos mencionados acima, as práticas de representação parecem dever menos ao capital delegado do que pessoal. Isto contribui para que os mandatos sejam percebidos pelos próprios parlamentares como algo que resulta sobretudo de seus próprios esforços e ações individuais. Nesse sentido, as trocas de serviços e apoios entre parlamentares e lideranças políticas locais, interpretadas em termos de favores, convertem-se em investimentos na consolidação de laços que são ao mesmo tempo experimentados como políticos e pessoais.

A identificação de relações pessoais no contexto de instituições como o Estado e o mercado tem sido interpretada recorrente-

⁸ É somente no contexto dos sistemas morais específicos e da história das relações sociais entre os agentes envolvidos nessas trocas de bens e serviços que podemos compreender os sentidos atribuídos aos seus gestos. Se certos bens e serviços concedidos e recebidos são pensados como favores e geram créditos e dívidas pessoais, isto deve-se ao modo como essas ações são entendidas. Ver a esse respeito Mauss (1974), Leach (1989) e Sigaud (2004).

⁹ A respeito destes aspectos, ver, respectivamente, Palmeira (2000) e Ames (2003).

temente como sobrevivência de relações tradicionais e indício de desenvolvimento incompleto dessas instituições. Abordagens inspiradas nesses pressupostos, com viés claramente normativo, acabam por atribuir às relações pessoais um estatuto secundário no ordenamento das relações sociais que delimitam, por exemplo, o Estado e a política.¹⁰ O tratamento analítico concedido às relações pessoais por Landé (1977), Wolf (2003), Bailey (1971) e Palmeira (2000), entre outros, permite, ao contrário, pensar nessas relações em termos positivos, isto é, uma forma de ordenação dos laços sociais que segue uma lógica própria.

Como Landé (1977), utilizo a noção de relação pessoal para designar um vínculo “direto” entre duas pessoas, de caráter voluntário e que envolve a expectativa de trocas mútuas de favor, isto é, algo obtido de uma forma mais vantajosa do que o adquirido no mercado ou que nele não poderia ser conseguido. A relação funda-se em obrigações mútuas entre os parceiros que não se confundem, mas se combinam, com aquelas resultantes de suas posições institucionais ou do pertencimento comum a grupos formalmente instituídos. É importante ressaltar que esse tipo de vínculo não se assemelha a outros vínculos descritos como de natureza pessoal e que também estão presentes no âmbito de atividades políticas, como aqueles fundados no carisma, distinção já mencionada acima, vizinhança ou familiares.¹¹ Interessa-me, portanto, examinar como a concessão e o recebimento de serviços, ajudas e apoios entre políticos situados no plano nacional e municipal integram suas relações, julgamentos sobre suas reputações e práticas de representação.

A presença na política de relações pessoais fundadas na circulação de bens e serviços tem sido observada especialmente duran-

te o “tempo da política”.¹² As contribuições analíticas mais promissoras do ponto de vista do entendimento do lugar que essas relações ocupam nas práticas políticas se encontram em trabalhos que se recusam a pensá-las estritamente em termos de clientelismo político, corrupção eleitoral ou como o resultado de ausências (de consciência, ideologia ou programa partidário). Abordagens inspiradas nessas perspectivas têm se mostrado insuficientes para tornar compreensível esse fenômeno à medida que incorporam uma visão idealizada das práticas políticas, comumente referida aos preceitos legais; inscrevem a concessão de favores no âmbito de atos automáticos de troca (bens e serviços concedidos retornam sob a forma de votos) e recorrem a explicações essencialistas (como a ideia de que tais práticas resultam da “cultura política”). A constatação dos limites que esses pressupostos colocam para o entendimento do lugar que a concessão e o recebimento de favores ocupam nas práticas políticas eleitorais pode ser estendida à análise sobre o modo como os favores se apresentam nas relações entre os representantes políticos. Desse modo, retomo algumas formulações que me parecem úteis para pensar essas relações.

A continuidade observada entre as relações políticas e os laços cotidianos permite relativizar a ideia de pensar a atividade política como constituída de relações sociais de natureza específica e estranhas ao dia a dia das pessoas. Ao analisar os laços políticos na Córsega, J.-L. Briquet (1997), por exemplo, chama atenção para a ligação entre os laços constituídos fora da política e os que dão conteúdo às relações políticas, o que contribui para que as “relações interpessoais” apareçam nas relações políticas como uma espécie de continuidade natural (Briquet, 1997:37). Assim, o laço político é percebido e apresentado como um laço pessoal e afetivo, oposto a uma relação neutra e anônima, associado ao ideal da cidadania cívica. Observações nessa direção também são feitas por Heredia e

¹⁰ Para uma discussão sobre como as relações pessoais têm sido pensadas nas ciências sociais, ver particularmente a introdução de Marques (2007).

¹¹ A literatura sobre a relação entre política e família no Brasil é extensa. A título de exemplo, lembro alguns trabalhos recentes: Carvalho (1966), Lewin (1993), DaMatta (1987), Heredia (1996), Kuschnir (2000), Marques (2003), Barreira (2006), Heredia e Palmeira (2005), Cañedo (1994, 2002 e 2003), Comeford (2003) e Grill (2008).

¹² Para uma discussão sobre a noção de “tempo da política”, ver Palmeira e Heredia (1993). Para análises sobre solicitações e concessões de bens e serviços pensadas como favores fora do *tempo da política*, ver, por exemplo, Bezerra (1999) e Heredia (2002).

Palmeira em trabalho sobre eleições e voto entre populações rurais no Brasil. Além de demonstrarem que obrigações sociais mantidas no âmbito das relações familiares, de amizade e vizinhança se estendem à política, os autores lembram que “o recebimento de um bem material, no tempo da política, tanto quanto de um serviço pensado como favor ou ajuda, fora do tempo da política, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato doador” (Heredia e Palmeira, 2005:466). Essas observações permitem pensar, portanto, na possibilidade de sobreposição entre laços políticos e pessoais e no modo como obrigações sociais estabelecidas fora ou no âmbito das atividades pensadas como políticas ganham significados políticos.

A atenção aos bens e serviços trocados em termos de favor deve ser acompanhada de uma preocupação em apreender o valor diferencial que eles têm para os agentes envolvidos. Há pequenos e grandes favores e as obrigações sociais que lhes são associadas não são equivalentes. Remetendo uma vez mais às continuidades observadas entre as atividades políticas e o modo como as relações sociais são contextualmente estruturadas — por exemplo, em termos de gênero, idade, honra, reputação etc. —, Heredia e Palmeira (2005:469) argumentam que “a avaliação social diferencial dos bens e o modo como as atividades são ordenadas por gênero não desaparecem” no âmbito das relações mantidas com os políticos. Pode-se acrescentar a essas considerações sobre a pertinência de se qualificar a natureza dos favores concedidos e recebidos, o fato de que os pedidos feitos aos políticos e entre eles são avaliados também em termos de sua legitimidade. Se existem pedidos que não têm, por diferentes razões, como ser atendidos, há aqueles tidos como ilegítimos (como aprovação em concursos públicos ou comissão sobre recursos governamentais transferidos). Mas é preciso lembrar ainda que a legitimidade ou não dos pedidos não reside exclusivamente na natureza daquilo que é solicitado, mas depende também do estado da relação — da história da relação, do quanto se sentem obrigadas — entre as pessoas envolvidas.

Acusações de promessas não cumpridas, reclamações de eleitores e supostos aliados políticos que não retribuem os favores

recebidos, deslocamentos de apoio político, denúncias de falta de lealdade e traições são evidências de que as obrigações pessoais constituídas a partir das práticas de concessão e recebimento de bens e serviços não possuem o status de regras invioláveis. Como argumentam Vilella e Marques (2002:66) a partir da observação de eleições municipais em municípios do Sertão de Pernambuco: “A lógica da conversão do recurso/favor em recurso/voto não é propriamente racionalizada e fruto de cálculo, mas é objeto constante de construção tática e avaliação”. Estar atento para essa possibilidade de que os favores concedidos não sejam retribuídos conduz a outra dimensão das obrigações associadas às relações pessoais, que é a que diz respeito ao modo como se lida com as incertezas que lhes são inerentes e as manobras e argumentos mobilizados para justificar a não retribuição ou a quebra de compromissos. Como verifica também M. Goldman (2006) ao acompanhar diferentes eleições em Ilhéus (BA) a partir da perspectiva de um Centro Afro-Cultural (o que permite observar o desdobramento de favores, promessas e compromissos ao longo do tempo), a concessão de votos em razão de favores recebidos e compromissos assumidos é uma prática sujeita a divergências, conflitos e negociações (2006).

A transposição de laços sociais estabelecidos fora do campo político para este e vice-versa, a classificação — em termos de legitimidade e viabilidade, por exemplo — dos pedidos e favores concedidos e as incertezas e negociações envolvidas nas práticas de concessão e retribuição de bens e serviços sob a forma de favores são aspectos também observados nas relações entre os representantes políticos. A incorporação dessas dimensões nas relações entre os representantes pode contribuir para uma maior compreensão do lugar que nelas ocupam as relações pessoais e sua dinâmica.

O foco no exame das relações entre políticos, nas quais se incluem a concessão e o recebimento de diferentes bens e serviços sob a forma de favor, não deve ignorar o fato de que estas ocorrem, como mencionado acima, entre pessoas que ocupam posições

políticas institucionais.¹³ A percepção de agentes políticos de que parte de seus laços sociais está condicionada à posição institucional que ocupam é explicitada em relatos, nos quais queixas e ressentimentos se misturam, a respeito do afastamento de pessoas, até então próximas, quando os mandatos se encerram. Como observa um ex-prefeito e ex-deputado estadual da região centro-norte fluminense, o “valor” do político é indissociável do cargo ocupado: “Política é o seguinte: se você tem mandato você vale muito, se você não tem mandato vale pouco para a grande maioria das pessoas. (...) Quando está com o mandato, você está com muita gente à sua volta. Você perdeu o mandato, o pessoal normalmente se esconde”. A situação em relação ao cargo explica também as dificuldades experimentadas por um prefeito, no exercício interino da função, para se aproximar de parlamentares. Tendo assumido inicialmente o cargo na condição de vice-prefeito — o prefeito havia sido afastado pela Justiça devido às suspeitas de irregularidade —, este toma iniciativas para entrar em contato com um dos deputados mais presentes na região e que ocupava na ocasião um cargo de ministro. A aproximação, no entanto, não se consolida (“não tive aceitação”, diz o prefeito). A dificuldade para se “aproximar dos políticos” é por ele entendida como decorrente do fato de não ter sido eleito. Mas isso muda após assumir efetivamente o mandato. A partir desse momento, ele é procurado por representantes de diferentes partidos interessados em consolidar a presença do partido no município e um emissário do deputado lhe procura e transmite a intenção de que seja firmado o compromisso. O caso sugere que o exercício efetivo do mandato constitui uma espécie de passaporte exigido para o ingresso na comunidade de políticos.

As posições institucionais têm sido valorizadas, entre outros aspectos, pelas possibilidades que criam para seus ocupantes — devido ao domínio das regras e códigos de funcionamento das instituições, o acesso a recursos e a espaços de decisão e o conhe-

¹³ Este é o caso, como sugere E. Wolf (2003), em que as “estruturas formais” antecedem temporal e logicamente as “estruturas informais”; que devem sua existência e operam em decorrência das primeiras.

cimento de pessoas — de ampliarem a extensão e a natureza dos favores concedidos (ver, por exemplo, Palmeira, 2000 e Kuschnir, 2000). A concessão de bens e serviços sob a forma de favor tem sido uma estratégia conscientemente utilizada por representantes políticos com o objetivo de acumular um capital de relações pessoais a partir do estabelecimento de dívidas pessoais. Entre parlamentares e funcionários de gabinete é recorrente a percepção de que o trabalho em torno da produção legislativa e a fiscalização do Poder Executivo não são eficazes do ponto de vista eleitoral. Em conversas ouve-se com frequência relatos sobre parlamentares que realizam um destacado trabalho legislativo, mas não se reelegem. Já a avaliação sobre o trabalho de atendimento dos pedidos de eleitores e especialmente de lideranças políticas é outra. A ele atribui-se a capacidade de promover dividendos eleitorais significativos. Porém sua importância reside não nos votos diretos que propicia, mas nos apoios que assegura de lideranças políticas nos estados e municípios. A relação entre os atendimentos, as disputas eleitorais e o exercício do mandato manifestam-se, por exemplo, na estratégia eleitoral adotada pelo deputado (PFL-PE), que afirma esforçar-se somente para obter a votação mínima necessária, pois, desse modo, acredita que terá menos trabalho ao ter de “dar assistência” a um número menor de prefeitos. A organização da estrutura de apoio ao candidato depende, por sua vez, de avaliações que prefeitos e lideranças efetuam sobre a capacidade deste de atender suas demandas e dos compromissos políticos e pessoais estabelecidos em função dos favores trocados.

LAÇOS POLÍTICOS ENTRE REPRESENTANTES E CIRCULAÇÃO DE FAVORES

As medidas postas em prática a partir da posição ocupada no Congresso Nacional relacionadas à estruturação dos laços políticos por meio dos quais as campanhas eleitorais são realizadas têm por referência principal, à primeira vista, o estado ao qual o parlamen-

tar encontra-se vinculado politicamente. Como relata o deputado (PFL-PE): “O nome é federal, mas na realidade ele representa um estado. Então, ele só pode tirar voto naquele estado. O que ele faz aqui ele tem que estar voltado para o estado dele”. Essas medidas através das quais a referência ao estado ganha realidade são traduzidas particularmente como manifestações de atenção, ou de indiferença quando ausentes, às localidades que integram o que os parlamentares designam como suas “bases eleitorais”.

Cabe observar que a categoria “base eleitoral” não delimita simplesmente uma unidade geográfica ou administrativa, apesar de a noção de território estar contida em sua definição, mas especialmente um espaço de relações sociais. Ao apresentar-se como representante de sua “base”, o parlamentar acredita, e quer fazer crer, que está falando em nome da totalidade de seus membros, eleitores reais ou supostos. Mas essa “base” constitui apenas uma comunidade imaginada, pois uma observação mais detida evidencia que o parlamentar atua de fato referido às demandas específicas dos membros de sua rede política (“grupo político”). Este aspecto torna-se mais claro quando se leva em conta, como indicam inúmeros estudos que examinam relações políticas nos municípios,¹⁴ que nas localidades (municípios, estados ou regiões) encontram-se aliados e adversários políticos. É isto que lembra um deputado a seus pares, em depoimento a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), ao referir-se à atenção concedida a seu “grupo”: “Os senhores hão de convir comigo que não tenho unanimidade no meu estado, tenho meu grupo do lado de cá e tenho meus adversários do lado de lá. (...) Se as lideranças que fazem parte de meu grupo solicitarem vou aos ministérios pedir. Outros prefeitos são adversários, não me procuram” (CPMI do Orçamento, Flávio Derzi, 14/12/1993, p. 11). Se o parlamentar concede prioridade às solicitações das lideranças de seu “grupo”, é com elas que, por sua vez, conta para que seu nome seja divulgado nos municípios.

¹⁴ Ver, entre outros, Leal (1975) e Palmeira (1996).

As lideranças locais têm, desse modo, participação no estabelecimento e na conservação dos contatos mantidos pela população de determinada localidade com os representantes nacionais. Os investimentos e serviços que estes podem proporcionar à localidade a partir das posições que ocupam passam geralmente pelos políticos locais com os quais mantêm laços. Isso fica claro na situação vivida por um ex-prefeito da região serrana. O caso demonstra como a concessão por parte de um político nacional ou estadual de benefícios para a população pode deixar de ser viabilizada se isto significa o fortalecimento do adversário do aliado político no município. O ex-prefeito conta, com certa dose de lamento, que o deputado que apoiou tinha o controle de três secretarias estaduais. E pelos votos obtidos no município estava disposto a fazer algo pelo mesmo. No entanto, o ex-prefeito estava na condição de oposição e qualquer benefício proporcionado ao município fortaleceria a posição de seu adversário: “Então, [diz ele] o fato é que esse deputado hoje não pode fazer nada em troca dos votos que ganhou aqui porque eu não estou no poder e tudo que ele fizer ganha o político que está lá”. A relação com o município e seus moradores, geralmente salientada no discurso público dos parlamentares, aparece, portanto, subordinada às relações mantidas entre os políticos. Em suma, é por meio sobretudo dessas relações que os parlamentares se apresentam como representantes das localidades.

Essa identificação das relações entre políticos como feita de relações pessoais encontra correspondência na concepção que segmentos da população têm da política. Como ressalta M. Palmeira (2000), a percepção da política (e do “governo”) como algo externo à comunidade não significa que esta seja pensada como impessoal, mas como feita “de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, ‘pessoas de conhecimento’”. A visão dos laços políticos como laços pessoais e a mobilização destes no contexto de ações que são definidas como políticas são mencionadas pelos próprios políticos quando explicam o modo como encaminham soluções para suas demandas. Após afirmar que a relação com o governo federal “depende de conhecimento e competência”, um

ex-prefeito e ex-deputado estadual exemplifica, mediante uma situação hipotética, como procederia para “chegar” ao ministro da Saúde. Explica, então, que seria necessário recorrer a um deputado federal com “moral” junto ao ministro. A escolha desse deputado depende, porém, do conhecimento dos partidos políticos que controlam o Ministério e da identificação das lideranças deste partido no estado. Na situação relatada, o entrevistado menciona dois parlamentares e conclui afirmando: “Todos dois são meus amigos, muito tempo na política”. Nota-se, portanto, que são mobilizados laços partidários, estaduais e pessoais. A coexistência de vínculos partidários e pessoais na determinação das ações políticas define a relação deste mesmo político com um deputado federal com atuação na região. Para explicar sua participação na campanha desse último, mesmo não exercendo cargo político, ele informa que, além dos apoios políticos mútuos, foram criados juntos, foram amigos de infância, frequentaram as casas e chegou a namorar uma colega de sua irmã. A crença de que decisões políticas são fundadas em relações de amizade e parentesco justifica, aos olhos de um prefeito, os recursos recebidos por seu colega do município vizinho, a quem atribui o fato de ter relações de parentesco com um deputado, de almoçarem e se visitarem regularmente.

Mas o estabelecimento e a manutenção de laços sociais entre parlamentares e lideranças municipais firmam-se também em relações pessoais constituídas a partir de favores. De modo amplo, essas trocas incluem, por parte dos parlamentares, manifestações de atenção às localidades via lideranças que integram suas redes políticas e, por parte dessas últimas, a mobilização de suas estruturas eleitorais e medidas de divulgação do parlamentar como representante e promotor de benefícios para a localidade. Estas trocas não são pontuais, inscrevem-se na história da relação entre os políticos e estão referidas tanto ao passado quanto ao futuro de suas posições políticas. Referindo-se aos motivos que conduzem um prefeito a escolher a que candidato ao parlamento concederá apoio, um deputado (PMDB-ES) ressalta que estes dependem mais de “conveniências pessoais” e do “grupo político” do que de par-

tidos: “Às vezes está prevendo o futuro político dele ou às vezes está pagando uma conta cara. Já recebeu um apoio lá atrás, que às vezes é político, às vezes é financeiro para a campanha, então, está pagando um benefício que já obteve”. As trocas de serviços e bens entre os parlamentares e lideranças locais, especialmente prefeitos, adquirem formas próprias, ou seja, têm uma temporalidade, envolvem favores e expectativas mútuas particulares e estão associadas a valores que, apesar de não serem exclusivos destas relações (como lealdade, confiança, traição etc.), têm aí o seu lugar.

Assim, ao descrever as formas que adquirem as trocas de apoio, ajuda e favores entre representantes políticos em alguns de seus momentos e contextos, que correspondem àqueles por eles próprios definidos, minha intenção é indicar o conjunto amplo de relações sociais nas quais se inscrevem, os sentidos que estes atribuem às suas ações e o modo como se relacionam com a questão da construção da reputação do representante.

Se os laços entre parlamentares e prefeitos são mais visíveis durante as disputas eleitorais, quando são propositalmente expostos publicamente nos materiais de campanha dos candidatos, uma vez que apontam para o capital de relações sociais de que cada um dispõe, as eleições são, geralmente, apenas um momento em que ações de caráter recíproco entre os representantes políticos são observadas. Essas ações, como os pedidos de intervenção junto aos órgãos governamentais e as solicitações de recursos encaminhadas aos parlamentares, inscrevem-se em expectativas associadas às posições institucionais e às obrigações pessoais decorrentes dos benefícios mútuos obtidos pelos políticos em termos de favores pessoais.

A dedicação de parlamentares à resolução das solicitações originadas de suas “bases eleitorais” está associada diretamente a seus interesses eleitorais. A disputa eleitoral é, portanto, a ocasião por excelência em que esperam que seus esforços sejam reconhecidos pelas lideranças locais. A necessidade, definida pelo modo como estão organizadas as eleições, que os candidatos aos cargos nacionais e estaduais têm do apoio de lideranças locais atribui

a estas um poder relativo em relação aos primeiros. Os vínculos com as lideranças locais constituem, no limite, uma condição para que o candidato se faça presente nos municípios: “Se ninguém dá apoio a você naquele município, você não vai nem lá” (deputado PFL-PE). A definição das lideranças locais sobre a distribuição dos apoios funciona como uma espécie de seleção dos candidatos, especialmente quando eles estão fora de suas “bases principais”, aptos a participar da política local, isto é, a disputar os votos disponíveis naquela localidade.

Da perspectiva do candidato (senador ou deputado), nos limites do município, o prefeito torna-se o “cabo eleitoral” mais valorizado: “O prefeito é o cabo eleitoral mais importante” (deputado PMDB-ES). Seu valor neste momento reside, sobretudo, na estrutura eleitoral — rede de contatos, acesso à população, viaturas, meios de comunicação, empregos, prestação de serviços etc. — que pode colocar à disposição do candidato. A divulgação do nome do candidato na localidade realiza-se também por meio de inaugurações e comícios, quando são atribuídas a ele as ações que resultaram em recursos, programas e obras realizadas. E a importância de se contar com o apoio do prefeito cresce de modo proporcional à presença que tem o poder público municipal na vida cotidiana dos moradores, ou seja, que dependem dos serviços e empregos controlados a partir da prefeitura: “A grande força nessas regiões é o governo, a prefeitura. Quem está na prefeitura está com a força” (senador, PMDB-PB). Uma evidência da eficácia da mobilização dessas redes de apoio é a votação obtida por parlamentares em localidades nas quais sequer estiveram presentes, mas cujas candidaturas são articuladas por lideranças locais.

A montagem da estrutura local de apoio à candidatura pode exigir, como no caso do estado da Paraíba,¹⁵ um conhecimento sobre unidades sociais como as famílias, uma vez que a dinâmica das relações entre elas atravessa as relações políticas nos municípios: “Então, na minha região, em cada cidade cristalizou-se uma

¹⁵ Ver Lewin (1993).

família ou um grupo familiar e essas cidades até hoje são assim. (...) As famílias nas cidades se unem em blocos. (...) E, em cada cidade, a gente sabe quem é o nosso aliado e quem é o nosso adversário. Então, é um relacionamento fácil porque é feito na base da confiança” (senador, PMDB-PB). A campanha política, portanto, depende da articulação entre as famílias, especialmente a conquista da “chefia de cada grupo familiar”. Isto exige um detalhado conhecimento da história da relação entre as famílias — das alianças e dos antagonismos —, de seus interesses e do “perfil psicológico” de seus membros (“explosivos”, “afáveis”, “brigões”).

O parlamentar espera, portanto, que o apoio concedido às lideranças locais — nas eleições municipais e ao longo de seu mandato através do atendimento de suas solicitações — seja reconhecido através da colaboração em sua própria campanha. A retribuição é entendida aqui como manifestação e reafirmação da lealdade. “Lealdade é isso: se hoje eu estou lá ajudando o prefeito a ganhar as eleições, que depois, então, ele também me dê a retribuição” (deputado, PMDB-ES). Esse deputado, que teve a experiência como vice-governador de ter “subido no palanque” de boa parte dos candidatos a prefeito eleita em seu estado e quando de sua candidatura ter contado com poucos prefeitos “ao seu lado na rua pedindo votos”, lembra que na política a falta de “coerência” e “lealdade” é grande. O ressentimento do deputado em relação aos prefeitos demonstra que as expectativas de reciprocidade não são obrigatoriamente concretizadas. O que também é evidenciado pela percepção de que a falta de lealdade é uma prática regular. As concessões de apoio não eliminam, portanto, as incertezas que fazem parte, em maior ou menor grau, dos laços entre os representantes.

Ao examinar a participação dos políticos locais nas eleições nacionais, um vereador (PMDB) de um município do Centro-Norte descreveu sua inserção como a de um “cabo eleitoral”. Em seu entender, aos políticos locais cabe a tarefa, sobretudo, de mobilizar suas estruturas eleitorais em favor dos candidatos apoiados. Este observa que, enquanto os candidatos a deputado federal mantêm uma relação mais direta com o Poder Executi-

vo, os candidatos a deputado estadual aproximam-se dos vereadores. Nos dois casos, porém, para que a “máquina funcione”, ou seja, para que os “cabos eleitorais” de prefeito e vereadores trabalhem, faz-se necessário o repasse de recursos que permita cobrir os custos, entre outros, de gasolina, refeições e salários das pessoas mobilizadas na campanha. Mas no caso de municípios de sua região, o vereador informa que foram estabelecidos também valores, por parte de prefeitos e vereadores, a título pessoal, para a concessão do apoio a candidatos a deputado federal e estadual. Isso ocorre paralelamente, como em seu caso, ao apoio dado a parlamentares que historicamente “têm ajudado o município”. Esse apoio, porém, não é estritamente individual. Ele é negociado pelo seu “grupo político” no município: “Não adianta você ficar sozinho que não vai dar voto a ninguém”. O leque de candidatos que pode vir a ser apoiado é discutido no âmbito do grupo e as propostas de concessão de apoio negociadas com os próprios candidatos.

O trabalho efetuado pelos líderes locais em favor de seus candidatos consiste basicamente na arregimentação de votos e divulgação de seus nomes. Ao mencionar atividades realizadas com esse propósito, vereadores lembram com frequência da organização de reuniões, participação em eventos públicos, programas de rádio, comícios e, sobretudo, da associação do candidato a obras realizadas. As obras, nos termos de um vereador da região serrana (PSB-RJ), tornam-se um “palanque” para o candidato e constituem uma demonstração objetiva de sua ligação e interesse pela localidade. Como ressalta um secretário municipal da região Centro-Norte, cabe ao prefeito “projetar o nome” do político demonstrando para a população que tem sido bem atendido por ele (“Se o político fizer uma coisa para você e você não projetar o nome dele, na verdade, para ele não tem retorno”).

A definição sobre o apoio aos candidatos aos cargos nacionais não deixa de estar relacionada às disputas políticas no âmbito local. As eleições nacionais e estaduais, desse modo, são apropriadas localmente e tornam-se uma oportunidade para que as lideranças locais

meçam e demonstrem suas forças políticas (eleitorais).¹⁶ Nessas situações podem ser escolhidos candidatos que sequer conhecem o município. Foi o que ocorreu quando do apoio de dois vereadores (PMDB) do centro-norte fluminense, sendo um deles presidente da Câmara, a um candidato a deputado estadual que se elegeu com uma boa votação no município. Já o ex-prefeito de um município da região serrana informa ter esperado seu adversário definir quem apoiaria para então definir seu candidato, que também foi um desconhecido do município. Assim, fez campanha basicamente por meio de solicitações dirigidas às pessoas cadastradas em sua mala direta e o candidato acabou sendo o segundo mais votado, tendo o candidato do adversário ficado em quarto: “Era interessante para eu mostrar força com um candidato que nunca tinha vindo aqui”. Mas sua decisão envolveu também a escolha de outro candidato com chances de se eleger tranquilamente no município. O apoio nesse caso justifica-se como um investimento no futuro, uma vez que se pauta na expectativa de que numa possível disputa eleitoral o candidato poderia “vir a me ajudar não só politicamente como financeiramente”.

A referência do ex-prefeito à ajuda política e financeira define em grandes linhas as expectativas que têm os políticos locais em relação aos parlamentares que integram suas redes políticas e pessoais quando das eleições municipais. Contribuições em dinheiro e material de campanha constituem formas recorrentes de políticos em cargos nacionais e estaduais tomarem parte, através do apoio aos integrantes de seu grupo político, das eleições locais. Outros aspectos valorizados são as participações em eventos de campanha (comícios, caminhadas, carreatas, reuniões etc.) e as declarações de apoio, confiança e competência do candidato. A exibição pública dos laços mantidos com políticos nacionais e estaduais é uma forma de demonstração do capital político e da força do candidato, pois se acredita que através desses laços é possível assegurar maiores benefícios para a localidade.

¹⁶ A esse respeito ver, respectivamente, Graham (1997) e Leal (1975) para as eleições no Império e na Primeira República.

Do ponto de vista dos parlamentares, sua participação nas disputas eleitorais locais é descrita em termos tanto de “solidariedade” quanto de “obrigação”. A presença no município ao lado do candidato por ele apoiado — em reuniões, comícios e comunidades — é tida como um gesto de apoio, já que o parlamentar empenha seu próprio prestígio no candidato. Ademais, ela contribui para valorizar os eventos na medida em que o parlamentar, tido como alguém “de fora” e importante, “vira uma atração para as pessoas” (deputado, PFL-PE). Mas essa presença é vivida também como obrigação já que se acredita que a ausência pode ser interpretada pela liderança local como desinteresse do parlamentar pelo município, um gesto de “abandono”.

O envolvimento de políticos em cargos nacionais nas disputas locais tende a variar em função, entre outros aspectos, do peso que cada um dos municípios possui na configuração de sua “base eleitoral”. Nas “bases principais”, especialmente no município de origem política do parlamentar, a participação tende a ser maior, o que significa envolvimento nas discussões e articulações locais em torno das candidaturas. Nos demais, ela é tida como secundária e caracteriza-se especialmente pelas manifestações de apoio aos candidatos.

Além da presença em eventos de campanha, parlamentares ressaltam que também contribuem com líderes locais ao promoverem a realização de obras no município. As obras, por sua vez, são apresentadas como o resultado dos vínculos mantidos pelo candidato com o parlamentar: “O parlamentar procura mostrar à comunidade que a ligação do prefeito com o parlamentar é importante para levar benefício para o povo. (...) Você vai recordar as obras que você fez no bairro. (...) Você vai mostrar a intimidade que você tem com aquela comunidade. Soma demais” (Deputado, PMDB-ES). Os benefícios proporcionados ao município sob a forma de obras e serviços são desse modo uma forma de objetivação da eficácia das relações estabelecidas.

A presença dos parlamentares nos municípios não se reduz, porém, aos períodos eleitorais. Ela é também valorizada pelas lide-

ranças locais em outras ocasiões. As visitas, como geralmente são designadas, são interpretadas como uma demonstração de atenção aos políticos locais aos quais os parlamentares encontram-se vinculados e às questões de interesse do município. Nesse sentido, o fato de um deputado federal despachar em seu gabinete é interpretado pelo vereador de um município da região serrana (RJ) como uma demonstração de “carinho” e “interesse” por ele e pela cidade, que, por sua vez, acredita que se sente orgulhosa de o deputado estar frequentemente presente (“É um deputado que não esquece o nosso município, é o deputado que tem mais obras realizadas no município”). Essas visitas contribuem, assim, para renovar os laços entre os políticos e desses com a localidade. Para tanto, essas ocasiões são marcadas por visitas rápidas às “comunidades” que integram a base eleitoral das lideranças e encontros mais restritos, como almoços dos quais participam membros do grupo político mais próximo.

As visitas aos municípios são vividas pelos parlamentares como algo importante no exercício de seus mandatos. Essas são realizadas especialmente nos finais de semana e dias nos quais não há sessões no Congresso. Esses eventos são concebidos pelos parlamentares como parte de seu trabalho como representante e manifestam indignação com matérias publicadas pela imprensa que dão a entender que eles trabalham somente nos dias em que se encontram em seus gabinetes em Brasília. A presença nos municípios fora das eleições é, segundo o deputado (PMDB-ES), vista pelos representantes políticos locais “com carinho”. A importância desta presença é ressaltada pelo deputado (PFL-PE), que acrescenta ainda que, se dependesse do prefeito, “a gente morava lá”. Elas são desejadas mesmo levando-se em conta que frequentemente implicam tempo e despesas para o prefeito e lideranças locais já que, comumente, em nome da hospitalidade, arcam com as despesas relativas a deslocamento, hospedagem e alimentação do parlamentar e acompanhantes. As visitas resultam geralmente de convites realizados pelas lideranças locais e, como a participação em programas de rádio e televisão, fotos e matérias na imprensa

local são vistas como uma forma de assegurar a presença nos municípios. Elas, no entanto, favorecem o contato pessoal entre as lideranças e, como observa o deputado (PFL-PE), apontando para o que parece ser uma das condições da atividade política: “política é uma coisa que depende um pouco da presença pessoal”. Essa presença nos municípios obedece a uma ordem hierárquica estabelecida sobretudo pela votação obtida pelo parlamentar. Os municípios priorizados e aqueles visitados com maior regularidade, em alguns casos quinzenalmente, são também aqueles nos quais se obteve maior votação. Neles, tidos como a “base eleitoral principal”, se conhece o prefeito, o vereador, um profissional, o líder da igreja, da associação de moradores, isto é, “as pessoas são chamadas pelo nome”. Com essas pessoas, o contato é permanente. Essas visitas, como mencionado, são oportunidades para comparecimento em reuniões e “encontros comunitários”, já que favorecem o contato com um número maior de pessoas. A presença do parlamentar no município, como sugere o vereador mencionado ao referir-se à ideia de orgulho, contribui para a valorização da localidade pelos próprios moradores. Como observa também o deputado (PFL-PE), a visita de um parlamentar, pessoa vista como dotada de poder, opera como uma forma de reconhecimento, para a população, da importância de seu município: “Se for aos lugares todo mundo gosta, todo mundo quer ver o deputado. (...) E quanto mais longe, mais importante a presença, porque menos gente importante vai naquele lugar”.

Ao lado dessas visitas esporádicas e sem datas previamente estabelecidas, a presença de parlamentares nos municípios está relacionada ao seu calendário de festividade. Aniversário da cidade, procissão da padroeira e exposição agropecuária são exemplos de festas que mobilizam moradores da cidade e região e para as quais frequentemente são convidados parlamentares estaduais e federais que mantêm ligações com os representantes locais. Esses momentos são fortemente valorizados pelos políticos pela possibilidade que oferecem de exposição pública e estabelecimento de contatos com os moradores. Ademais, a participação nesses even-

tos em que as sociedades locais celebram a si mesmas é uma forma de atualizar os laços de identidade com as mesmas. Ausentar-se dessas ocasiões é correr o risco de, nos termos do deputado (PMDB-ES), “deixar de ser gente dali”.

Quando se têm em conta as ações dos parlamentares tidas pelas lideranças locais como manifestações de atenção às localidades, não há dúvida de que a inclusão no orçamento federal de previsão de investimentos em seus municípios é uma das mais valorizadas. A obtenção de recursos federais é considerada em termos práticos como a principal atribuição do representante político. Um ex-prefeito e deputado (PMDB-ES), ao referir-se à importância do vínculo do prefeito com o parlamentar, destaca: “Primeiro, [o prefeito] vai ter alguém aqui em Brasília para conseguir audiência em prazo mais recorde. (...) Outro ponto é a canalização de recursos financeiros. Acho que o objetivo maior que o prefeito tem é dinheiro para o município”. Se essa concepção ganha força nos municípios menores cujas receitas dependem sobretudo dos repasses estadual e federal — “[o parlamentar] também foi eleito dentro daquela retórica de que o deputado do interior tem que trazer recursos”, informa um secretário de Saúde de um município da região serrana (RJ) —, ela não é, porém, exclusiva desses municípios. Tomando como exemplo o caso do estado do Rio de Janeiro, a propaganda eleitoral de 2010 evidencia que a obtenção de recursos e a promessa de que serão empreendidos esforços para que isso ocorra são medidas apresentadas por candidatos (a senador, deputados federal e estadual) de diferentes partidos, respectivamente, como conquistas e propostas de seus mandatos. Na concorrência pelos recursos federais, os prefeitos recorrem prioritariamente aos deputados que obtiveram maiores votações no município já que se acredita que são estes que têm maior compromisso com o município. Anualmente, portanto, prefeitos recorrem aos parlamentares com a expectativa de que possam obter recursos para seus municípios. O sucesso ou não na obtenção desses recursos torna-se para as lideranças locais uma forma de demonstração do interesse nos vínculos mantidos com elas e um critério de julgamento sobre o poder do político encarregado da solicitação.

Confrontados com essas expectativas, os parlamentares se veem diante da necessidade de gerir demandas que geralmente estão além de sua possibilidade de atender. No entanto, eles se empenham no atendimento dessas demandas porque reconhecem também que elas são parte de sua atribuição; especialmente quando o mandato é examinado da perspectiva que os vinculam, pelos votos, às localidades e suas lideranças. A esse respeito retomo declaração de um respeitado senador (PFL-PE), publicada (em 1988) pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Diz ele: “A luta política por mais verbas para os estados é uma função inerente ao parlamentar”. Em outra ocasião, nesta mesma direção, argumenta um deputado (PMDB-BA): “Considero que é um dever do parlamentar lutar bravamente para conseguir a maior soma de recursos possíveis para o seu estado ou para a sua região” (CPMI do Orçamento, Genebaldo Correia, 19/11/93, p. 6). A expectativa em relação à obtenção dos recursos federais constitui, portanto, uma realidade e uma atribuição assumidas publicamente, e raramente questionadas pelos agentes políticos. O temor de que o fracasso na promoção de investimentos seja interpretado como desinteresse pelo município (“Pode dar a impressão àquele município que você não se interessou, não fez nada pelo município” (deputado, PFL-PE)) impõe-se como uma espécie de obrigação associada ao mandato. Vê-se, assim, que a distribuição de recursos para os municípios não é adequadamente interpretada, como sugerem análises centradas na noção de clientelismo político,¹⁷ se pensada estritamente em termos de uma lógica instrumental e intenção manipuladora do parlamentar. O que revela essa concepção da representação política partilhada por parlamentares é que eles estão de certo modo presos a ela e, por conseguinte, sujeitos às pressões advindas das lideranças políticas de sua rede política (“grupo político”).

¹⁷ Sobre a noção de clientelismo político ver, entre outros, os textos reunidos em Strickon e Greenfield (1972), Schmidt et al. (1977), Eisenstadt e Lemarchand (1981) e Roniger e Günes-Ayata (1994). Para uma discussão sobre o uso do conceito na análise do caso brasileiro, ver, entre outros, Carvalho (1997), Graham (1997) e Banck (1999).

A definição sobre como as verbas serão distribuídas — para quem, para onde, em que quantidade etc. — constitui uma decisão estratégica para o parlamentar, uma vez que repercute diretamente na configuração e no estado de suas relações políticas e pessoais. A apresentação de emendas parlamentares durante a etapa de elaboração da proposta orçamentária no Congresso Nacional constitui a via institucional através da qual os parlamentares buscam atender às solicitações de recursos financeiros originadas de suas “bases eleitorais”.¹⁸ Ao participar da elaboração do orçamento é comum, portanto, o parlamentar dar prioridade a previsões de investimentos em programas e obras que atendam aos membros de suas redes políticas. A intervenção dos parlamentares na elaboração do orçamento ocorre particularmente na rubrica destinada aos investimentos do governo federal, que, por sua vez, corresponde a uma parcela pequena do orçamento. Mas, se do ponto de vista da totalidade do orçamento anual as propostas e alterações dos parlamentares são restritas, essas, porém, tornam-se valiosas quando consideradas da perspectiva dos municípios e das relações políticas. A incorporação na concepção da representação política da obtenção de recursos como atribuição parlamentar torna sua capacidade para realizar essa tarefa um dado central da estruturação das relações entre os políticos.¹⁹ Isto, por sua vez, tem con-

¹⁸ A Lei Orçamentária Anual (LOA), que corresponde ao orçamento anual, é primeiramente objeto de discussão nos órgãos do Executivo através de etapas coordenadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Em seguida, a proposta do Executivo é remetida pelo presidente da República ao Congresso Nacional. Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), única Comissão estabelecida constitucionalmente e a que reúne o maior número de membros, a proposta é analisada, modificada e votada. Aprovada pelo plenário do Congresso, a LOA é encaminhada para o presidente da República para que seja sancionada; o que é feito com ou sem vetos. Como a Lei Orçamentária tem sido interpretada como tendo caráter apenas autorizativo, cabe observar que a decisão final a respeito da liberação das verbas depende em última instância do Poder Executivo.

¹⁹ Para ressaltar a importância das emendas orçamentárias elaboradas pelos parlamentares na concepção da representação política e na estruturação de seus laços políticos com as localidades, remeto ao primeiro pronunciamento do presidente da Câmara empossado em fevereiro de 2011, deputado Marco Maia (PT-RS), no qual defende o pagamento das emendas orçamentárias dos parlamentares.

seqüências para a definição das atribuições a que se dedicam os parlamentares ao longo de seus mandatos.

O reconhecimento institucional, isto é, do conjunto dos membros do Congresso, do interesse dos parlamentares na alocação de verbas desta natureza objetiva-se na forma da chamada “cota”. Produto de um acordo informal vigente entre os parlamentares, a “cota” consiste em um valor fixo reservado a cada parlamentar para que ele distribua segundo suas prioridades (em 2008, o valor de R\$ 5 milhões pôde ser repartido em até 20 emendas). A “cota” é um caso em que a posição institucional do político cria as condições para que ele amplie sua capacidade de distribuição de serviços e recursos sob a forma de favores. O fato de estarem em jogo recursos do Estado evidencia como a redistribuição estatal dos recursos conjuga-se com o modo de redistribuição pessoal dos parlamentares. Assim, os recursos estatais, ao entrarem no circuito de relações entre os políticos, convertem-se em meios de distribuição de reconhecimento e criação de autoridade.

Esta relação entre a distribuição de recursos e o estabelecimento de compromissos políticos e pessoais entre os agentes envolvidos, reforçada pelo fato de que envolve um processo de seleção por parte de parlamentares e lideranças locais, pode ser observada quando se consideram os critérios utilizados por estes na definição de a quem os pedidos são feitos e os pedidos de quem são atendidos. Há, neste aspecto, um consenso entre parlamentares e lideranças locais no que diz respeito ao critério dominante. A votação obtida pelo parlamentar na localidade é entendida como uma forma de criação de “compromisso” com o mesmo. Nos termos de um ex-secretário municipal, a votação coloca o parlamentar em dívida com o município e as lideranças que o apoiaram (“Ele deve ao município”). O sentimento de obrigação com esses municípios é partilhado pelos parlamentares que afirmam conceder a eles uma maior atenção, o que é traduzido sob a forma de visitas mais regulares e empenho para a viabilização de investimentos. Assim, a votação alcançada nos municípios hierarquiza, do ponto de vista das lideranças locais, os parlamentares aos quais se recorre e, do

ponto de vista dos parlamentares, os municípios que, mediado por sua rede de relações, devem ter seus “pleitos” priorizados.

LAÇOS POLÍTICOS, CORTESIA E RECONHECIMENTO

Ao focar algumas das dimensões das relações entre parlamentares e lideranças políticas locais, especialmente aquelas por eles destacadas — como a defesa dos interesses das lideranças locais junto aos órgãos do poder público, a presença nos municípios, o apoio financeiro e material de parlamentares aos seus candidatos nas eleições municipais, a mobilização por parte destes de suas estruturas eleitorais quando de eleições nacionais, a promoção nos municípios do nome de políticos estaduais e nacionais e a obtenção de recursos para investimentos —, procurei demonstrar como essas relações se estruturam em termos de obrigações e expectativas fundadas em posições institucionais — como a de representantes políticos — e pessoais — como as fundadas nos serviços e bens trocados sob a forma de favores. Mas o investimento e a preservação desses vínculos em termos pessoais manifestam-se também, e de forma particularmente especial, no modo como os contatos — estabelecidos diretamente, por telefone ou através de assessores — são conduzidos, uma vez que são interpretados pelos agentes políticos como demonstrações de atenção, consideração e interesse. Esses contatos seguem certa etiqueta (Elias, 1987) e se a percepção por parte dos interlocutores de que estão sendo tratados com deferência fortalece os laços, gestos que indiquem falta de apreço e consideração geram insatisfações e, no limite, afastamentos. Nesse último caso, tanto os laços pessoais quanto políticos são abalados, uma vez que aquilo que cada um pode disponibilizar ao outro a partir de suas posições institucionais é colocado em questão.

A importância atribuída pelos agentes políticos a demonstrações de conhecimento e intimidade pode ser observada em situa-

ções em que está em jogo o reconhecimento do interlocutor, seja através do nome ou da posição social ocupada. Segundo o relato de um vereador que presenciou a situação, uma prefeita recém-eleita, mas ainda não empossada, em um encontro com o governador (RJ), onde estavam presentes outros convidados, viveu como desagravo o fato deste, por ter tido pouco contato com ela apesar do apoio que lhe deu, não ter lhe reconhecido. A prefeita ficou “ressentida” e o mal-estar só foi desfeito durante um almoço no Palácio Guanabara, mediado pelo vereador e um deputado estadual, entre o governador e a prefeita.

Duas situações vividas pelo então prefeito de um município da região serrana (RJ) revelam como o modo de acolhimento por parte de parlamentares e autoridades governamentais é interpretado por lideranças locais como manifestação de maior ou menor interesse por suas demandas. Assim, se, por um lado, o tratamento formal que lhe foi dispensado por um deputado com larga votação em sua região lhe desperta ressentimentos, por outro, os gestos de cortesia e demonstrações de empenho em relação ao seu “pleito” por parte de um assessor do ministério o levam a crer que teria sucesso na viabilização de seu projeto de pavimentação de uma estrada municipal. Recebido pelo parlamentar, o prefeito critica o tratamento formal que lhe é dispensado, o controle do tempo e do assunto: “Ele é incapaz de perder um minuto com você. Levanta, fica em pé e te dá a mão. Ele trata com você estritamente aquilo que foi tratado. Ele não divaga dois minutos com uma conversa ou outra. Eu acho aquilo horrível. Você vem conversar, você quer tocar nos assuntos com o cara. O cara não te dá chance. Obviamente que o tempo dele é importante, mas o meu também é importante”. A atitude é traduzida como falta de atenção, pouca consideração e evidencia o diferencial de poder entre eles. Esta experiência contrasta com o tratamento recebido do secretário de Políticas Regionais do Governo Federal: “O cara me atendeu maravilhosamente: ‘prefeito, faça o seu projeto’. Eu fiquei doido”. O prefeito fez o projeto e toda vez que retornava era “otimamente bem atendido” e estimulado. “Eu me animava cada vez mais. [Pensava]: ‘Conse-

gui o mapa da mina’. (...) O cara atendia bem demais, deixou na sala dele conversando. Eu falei: ‘se eu não conseguir com ele, não consigo com ninguém. Não consegui com ninguém mesmo’. Tempo para receber, conversar, orientação e incentivo convenceram o prefeito do sucesso de sua empreitada a ponto de investir recursos na elaboração do projeto e divulgação da obra no município. Ele concluiu, porém, que os recursos só estavam sendo liberados para quem “tinha deputado” e o deputado que mobilizou não foi capaz de viabilizar o projeto.

A preocupação de parlamentares em preservar sua boa reputação junto às lideranças locais por meio de gestos de cortesia e de um tratamento que lhes distinga pode ser observada, por exemplo, nos contatos telefônicos e pessoais realizados no gabinete dos parlamentares. Um dos aspectos que sustenta esses contatos, como indicado acima, é a concepção de que cabe ao parlamentar agir em favor de seus representados. A percepção por parte das lideranças locais de que isso não se realiza pode, em último caso, fazer com que este julgue negativamente o parlamentar, o considere ineficiente ou “ingrato” por não reconhecer as ações de apoio concedidas.

Este contato, como mencionado, segue uma etiqueta cuja lógica pode ser resumida na ideia de que se busca fazer crer que o parlamentar está empenhado em atender à demanda que lhe foi encaminhada e, portanto, se vincule ao parlamentar pelo sentimento de dívida. Efeito que o caso do prefeito mencionado acima confirma. Assim, exige-se dos assessores que eles tenham, por exemplo, “jogo de cintura”, “sutileza” e “malícia”. O contato deve ser conduzido tomando-se o cuidado de não “chatear”, “aborrecer”, “agredir”, “rejeitar” ou “constranger” o interlocutor (prefeito, liderança política ou eleitor). Ademais, comentários são efetuados com o propósito de singularizar a relação de modo que o demandante creia que é especial. Como ocorre também nas ocasiões em que os prefeitos encontram-se no Distrito Federal, são adotadas medidas para que eles se sintam “prestigiados”. Nesse sentido, os gestos de cortesia e os serviços concedidos sob a forma de dons aos prefeitos são uma forma de deferência aos mesmos. Se,

por um lado, isso já é uma demonstração do quanto essas ligações com parlamentares podem reverter em benefício do prefeito, por outro, esses atos de concessão de prestígio contribuem para a criação e consolidação dos vínculos existentes na medida em que se inserem no circuito de favores e serviços concedidos e recebidos por parlamentares e prefeitos. A ideia de que a troca de favores e serviços cria créditos e dívidas pessoais, ou seja, estabelece compromissos políticos, para usar a categoria utilizada pelos agentes, está associada às estratégias conscientemente postas em ação com o propósito de assegurar a imobilização de pessoas.

Parlamentares e assessores acreditam que as ações de cuidado dispensadas ao prefeito contribuem para consolidar suas relações e inclusive diferenciá-lo dos demais parlamentares. Interessados em obter os recursos necessários para viabilizar os projetos em seus municípios é comum os prefeitos encaminharem seus pleitos a mais de um parlamentar. Ao fugir do exclusivismo, a ação do prefeito introduz uma incerteza na relação com os parlamentares. Além disso, há a própria concorrência entre os parlamentares pela busca de apoio dos prefeitos e lideranças locais em seus municípios. Nesse contexto, acredita-se que estes valorizam o parlamentar que lhe deu a maior atenção: “Esperou no aeroporto”, “saiu à noite com ele”, “arrumou hotel para ele ficar”. Enfim, tudo se passa como se as lideranças políticas, sobretudo os prefeitos, fossem alvo de uma concorrência entre os parlamentares em termos de manifestações de generosidade.

“FORÇA” E REPUTAÇÃO ENTRE REPRESENTANTES POLÍTICOS

As práticas de cortesia, apesar de contribuírem para diferenciar os políticos do ponto de vista da demonstração do interesse que nutrem por suas relações, não são uma garantia de manutenção dos laços existentes. Seus efeitos decrescem se não são acompanhadas da obtenção efetiva das solicitações de recursos, serviços,

apoios etc. E a capacidade de o político atender a essas solicitações é avaliada como resultado de sua “força”, categoria que no contexto destas relações parece remeter a uma noção nativa de poder. E, assim como os gestos de generosidade, a percepção sobre o poder dos políticos produz uma diferenciação entre eles. Do ponto de vista das lideranças locais, a avaliação sobre a “força” de um parlamentar pode estar na origem de uma aproximação ou afastamento deste. E, para estes, as indicações mais comuns desta “força” são o sucesso no atendimento dos pleitos e o controle de órgãos públicos.

Assim, a atenção recebida pelo prefeito de um município da região serrana não foi suficiente para que continuasse a contar com um parlamentar com expressiva votação no mesmo. O parlamentar se projetou na região em determinado momento em virtude de diversos “serviços prestados”. Ao eleger-se, o prefeito alega que procurou o parlamentar, mas aos poucos constatou que ele não conseguia resolver as questões por falta de “expressão”: “Era um deputado sem expressão absolutamente nenhuma em Brasília, seus pleitos no orçamento não saíam e raramente conseguia alguma coisa de benefício para o município. Aí fui me afastando dele”. Ele não tinha, portanto, a “força” que afirmava publicamente ter. Desse modo, observa-se que as solicitações constituem para os envolvidos na relação uma espécie de teste nas quais são colocadas em jogo as representações sociais partilhadas de seu poder. A falta de êxito, como nesse caso, afeta a reputação do político.

Diante da situação, o prefeito decide procurar um parlamentar reconhecidamente com “força” na região. Este de fato é uma referência para os políticos locais, independentemente da vinculação partidária, o que sugere como sua reputação opera como um meio de acúmulo de mais capital pessoal. Fazendo jus à fama, o recurso solicitado para um projeto é liberado, mas o prefeito alega que se deparou com outra questão, a solicitação de uma comissão sobre o valor liberado efetuada por um emissário do parlamentar. Diante da situação, ele alega que não se “identificou” com o parlamentar e passou a recorrer a um senador do estado.

Se o malogro gera insatisfações, o atendimento dos pedidos contribui para consolidar os laços e o sentimento de obrigação com o “grupo político”. No caso de um vereador da região serrana (PMDB), observa-se que a “confiança” em seu “grupo” é fruto da regularidade com que as “promessas” são cumpridas. Após listar uma série de investimentos efetuados pelo governo estadual no município, ele justifica a lealdade ao “grupo”, no qual inclui um deputado federal e o governador, nos seguintes termos: “São pedidos que eu fiz através do deputado que foram aceitos. Eu não posso deixar agora o governador na mão, ou quem seja do grupo dele. Eu tenho que acompanhar, por uma questão de coerência”. A relação com o deputado se estende por mais de 10 anos e diante da hipótese por mim levantada de apoiar simultaneamente outro candidato ele recusa enfaticamente a possibilidade (“Não seria legal, não faço isso não”).

Como mencionado, as posições institucionais são valorizadas pelos políticos, entre outros aspectos, pelas possibilidades que oferecem de ampliar a distribuição de recursos e serviços sob a forma de favor. O acesso e controle de órgãos públicos constituem para os representantes políticos uma objetivação de seu poder político. Referindo-se a um deputado a quem apoiou, mas a quem não havia recorrido por não ocupar cargo político na ocasião, um ex-prefeito da região serrana ressalta: “Ele tem a força de três secretarias. Tem o poder de barganha muito grande”.

Da perspectiva das relações entre os políticos, os órgãos públicos são avaliados, portanto, em termos de quem tem seu controle, se aliados ou adversários políticos. Da natureza dessas relações depende em grande medida a possibilidade de se utilizarem os serviços de determinado órgão. Este, por sua vez, longe de seu funcionamento aparecer como pautado por princípios universais, imparciais ou racionais (elementos que compõem o modelo weberiano da burocracia racional-legal), revela-se condicionado por essas relações que são ao mesmo tempo, como venho argumentando, políticas e pessoais.

Assim, ao se examinar os relatos efetuados por lideranças políticas locais sobre o funcionamento dos órgãos públicos observa-se que a leitura feita é frequentemente em termos dos contatos pessoais mantidos com deputados estaduais ou federais que os controlam. O ex-secretário de um município da região Centro-Norte dá um exemplo. Ele explica-me que “as ajudas do governo estadual” vêm especialmente sob a forma de obras. Mas a condição é que sejam autorizadas pelos deputados que têm o domínio do órgão público. Ex-funcionário do órgão estadual de estradas, ele lembra que diante de uma solicitação de um prefeito ou vereador a orientação dada pelos funcionários é: “Olha, você para conseguir, você tem que pedir a fulano [nome do deputado]”. Outra evidência do controle dos órgãos pelos políticos e de seu uso político, aqui entendido como relacionado aos interesses daqueles que têm o seu controle, é fornecida por um ex-prefeito e deputado estadual. Convidado a assumir a Secretaria Estadual de Saúde, ele afirma que declinou, pois esta estava “toda loteada”. Sua avaliação é de que haveria muito pouco espaço para realizar seu trabalho, uma vez que corria o risco de se restringir a “cuidar dos interesses de 10 a 12 deputados”.

Onde o acesso e funcionamento dos órgãos da administração pública dependem das relações políticas e pessoais mantidas com aqueles que têm o seu controle, as nomeações para os cargos constituem uma manifestação de poder do político. Nomear pessoas de confiança é assegurar que o órgão será conduzido de um modo favorável ao político. Isso significa, por exemplo, que ele terá acesso ao mesmo e que os adversários não vão utilizá-lo de modo a prejudicá-lo. Por essas razões, na nomeação está em jogo também a própria reputação do político, sobretudo nas localidades em que ele é uma liderança política. Nessas situações, como explica um deputado federal (PFL-PE), é um fato “grave” quando o adversário indica para os cargos pessoas que “são contra”: “É como se fosse uma espécie de desmoralização sua”. A nomeação de um “adversário” é vivida como uma forma de invisibilização de acesso ao órgão e algo que “constrange”, uma vez que coloca publicamente em questão a “força” do político.

Já vimos que a avaliação das lideranças locais a respeito da reputação do parlamentar e de sua força política está relacionada ao resultado efetivo de seus pleitos. Mas se os parlamentares consideram a promoção dos interesses das lideranças locais junto à administração pública uma dimensão importante de seu trabalho como representantes, eles, porém, ressaltam a relatividade de sua eficácia. Descrevem-no como marcado mais por fracassos do que sucessos. Segundo o deputado (PFL-PE), a regra é não resolver as questões e sugere que apenas 10% dos pleitos têm solução favorável. A dificuldade para a liberação de recursos é também mencionada por outro deputado (PDT-SC): "Isso aqui não é para mim, isso aqui é muito difícil. Você luta muito por uma coisa e não consegue nada". Esses relatos apontam para a relativização do poder do parlamentar e o risco efetivo que suas reputações como representantes correm no momento em que se comprometem com os pedidos.²⁰

CONCLUSÃO: O REPRESENTANTE POLÍTICO, O COLETIVO E O INDIVIDUAL

Os laços estabelecidos entre os representantes políticos, assim como as relações com eleitores ou com autoridades governamentais, constituem uma dimensão significativa do fenômeno da representação política. Como procurei acentuar, eles estão associados, entre outros aspectos, às práticas concebidas como de representação e à reprodução da própria condição de representante.

²⁰ As chances que têm os parlamentares de atender às demandas não são idênticas. Elas dependem de fatores como conhecimento do funcionamento da burocracia federal, contatos com funcionários e posicionamento em relação às diretrizes do Poder Executivo, isto é, a condição de "situação" ou "oposição" (Bezerra, 1999). Esse último fator é particularmente considerado pelas lideranças locais que acreditam que a condição de "situação" é um critério utilizado pelo Executivo na avaliação das solicitações dos parlamentares. Isso reforça a posição dos parlamentares "governistas" e mantém vivos os fenômenos do "adesismo" (Queiroz, 1976) e do "governismo" (Leal, 1975).

Esses laços e o trabalho de representação política que os sustenta não são, porém, devidamente compreendidos se se considera exclusivamente a representação oficial, isto é, estatal das atribuições do representante. Isso porque há o risco de se deixar de fora da análise tudo aquilo que diz respeito às práticas fundadas na convenção e que os representantes experimentam como a "realidade". A consideração das práticas e expectativas efetivas que norteiam a atuação dos representantes não deve, por sua vez, conduzir ao erro contrário de negar o lugar que as inserções e obrigações institucionais têm na estruturação de suas condutas. A percepção dos representantes sobre o poder ("força") entre eles é evidência nesse sentido. Assim, a partir do foco em determinadas situações procurei demonstrar como pode ser rentável para a compreensão das práticas cotidianas de representação política examinar como se articulam obrigações institucionais e pessoais.

A observação de situações em que os laços entre os representantes são reconhecidos como importantes (como presença nos municípios, eleições ou encaminhamento de interesses junto às burocracias governamentais) e de expectativas (como a prestação de serviços mútuos) e valores (como a lealdade e a reciprocidade) aos quais estão associados revela que esses laços se estruturam, ao mesmo tempo, em obrigações decorrentes de preceitos legais e de obrigações pessoais firmadas entre os representantes políticos em função da troca de serviços e bens sob a forma de favores. Conceber os laços políticos como laços também pessoais, no sentido aqui assumido, convida-nos a refletir de modo mais cuidadoso sobre o lugar que as solicitações, promessas, expectativas, concessões e recebimento de bens e serviços sob a forma de favores ocupam nas relações entre os representantes. Pelo que foi exposto pela literatura mencionada a respeito do modo como a distribuição de serviços e bens se inscreve nas práticas políticas, está claro que não é suficiente constatar sua existência. Mais do que uma espécie de princípio classificatório ou explicativo do "sistema político" ou do comportamento de políticos e eleitores, a distribuição e o recebimento de favores devem ser analisados no âmbito da his-

tória das relações e dos sistemas de julgamento em que ocorrem. Isso talvez possa ajudar a compreender melhor como se efetua o processo de mobilização e imobilização de pessoas no contexto das atividades políticas e o modo como se constrói a reputação dos representantes.

Propus também que uma parte do capital político do representante deve-se aos investimentos que faz em torno de sua reputação. As situações sociais e relações examinadas permitem sugerir que a reputação em seu sentido político — no contexto familiar, vizinhança, acadêmico ou esportivo certamente não tem o mesmo conteúdo significativo — varia em boa medida de acordo com a capacidade do político de distribuir benefícios, mediar demandas e realizar serviços que atendam a interesses coletivos (do estado, da região, do município, do grupo político etc.) e individuais (de um suposto eleitor, uma liderança política, um parente etc.). O que gostaria de destacar ao concluir é a observação de que as práticas de representação política examinadas envolvem processos de coletivização e individualização.²¹

Uma visão dominante do representante político nos contextos aqui considerados é a que o define como uma espécie de porta-voz dos interesses da população de uma determinada localidade (estado, região, município ou bairro). Mas se o representante existe como encarnação de um coletivo, nota-se que esse coletivo constitui de fato uma comunidade imaginada. Os contatos com essa população, quando existem, sobretudo dos representantes nacionais e estaduais, fazem-se através de suas redes pessoais e políticas (“grupos políticos”). Os laços com essa comunidade, porém, se objetivam especialmente através dos serviços, programas e obras promovidos. Esses são apresentados como benefícios para o conjunto da população. Nesse sentido, constituem uma forma de

²¹ Para uma discussão sobre a apresentação e a percepção dos atos de protesto como coletivos e individuais, os sistemas de transformação do singular ao geral e a difícil relação entre os indivíduos como dotados de um corpo separado e os indivíduos como dotados de uma identidade por referência a um coletivo, ver Boltanski, Darré e Schiltz (1984).

construção do coletivo em nome do qual fala o representante. Mas também, tanto para a população quanto para o representante, são uma demonstração de reconhecimento desse coletivo. Para a população de uma localidade, o que parece valer é aquilo que é feito para as pessoas dali. Esse reconhecimento implica, por sua vez, um processo de individualização desses serviços e obras. Apesar de seu caráter público, os programas e as obras são publicamente apresentados como resultado da ação do representante. São uma demonstração pública da força, habilidade e prestígio do representante e de seu “grupo político”. A vinculação do feito àquele que o patrocinou realiza-se através de inaugurações, associação de seu nome à obra ou serviço prestado (imprensa, comício, sites etc.) e placas comemorativas. Entender como esses processos de coletivização e individualização realizam-se no âmbito do fenômeno da representação política pode ser uma via para sua compreensão.

REFERÊNCIAS

- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- BAILEY, F. G. *Gifts and poison*. The politics of reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BANCK, G. A. Clientelism and Brazilian political process: production and consumption of a problematic concept. In: NAS, Peter J. M.; SILVA, P. (Ed.). *Modernization, leadership, and participation*. Netherlands: Leiden University Press, 1999.
- BARREIRA, I. Campanhas em família: as veias abertas das disputas eleitorais. In: BARREIRA, C.; PALMEIRA, M. (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Nuap; Relume-Dumará, 2006.
- BEZERRA, M. O. *Em nome das 'bases'*. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Nuap; Relume-Dumará, 1999.
- BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M.-A. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 51, p. 3-40, 1984.

- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo políticos. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 163-207.
- BRIQUET, J.-L. *La tradition en mouvement*. Clientélisme et politique en Corse. Paris: Belin, 1997.
- CANÊDO, L. B. A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político em Minas Gerais. *Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia*, T. IV, n. 3, p. 9-37, 2003.
- _____. Caminhos da memória: parentesco e poder. *Textos História*, v. 2, n. 3, p. 85-122, 1994.
- _____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pró-Posições*, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, 2002.
- CARVALHO, J. M. de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 20, p. 153-193, 1966.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.
- COMERFORD, J. *Como uma família*. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Nuap; Relume-Dumará, 2003.
- DAMATTA, R. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. de (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo. Editora da UFRJ, 1987. p. 115-136.
- ELIAS, N. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- EISENSTADT, S.; LEMARCHAND, R. *Political clientelism, patronage and development*. Londres: Sage Publications, 1981.
- GOLDMAN, M. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: BARREIRA, C.; PALMEIRA, M. (Org.). *Política no Brasil*. Visões de Antropólogos. Rio de Janeiro: Nuap; Relume-Dumará, 2006. p. 203-226.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRILL, I. G. *"Heranças políticas" no Rio Grande do Sul*. São Luís: Edufma, 2008.
- HEREDIA, B. A. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 17-38.
- _____. Política, família e comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 57-71.
- _____; PALMEIRA, M. O voto como adesão. In: CANÊDO, L. B. (Org.). *O Sufrágio Universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 453-475.
- KUSCHNIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LANDÉ, C. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Ed.). *Friends, followers, and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977. p. xiii-xxxvii.
- LEACH, E. Dívidas, relações, poder. In: _____. *A diversidade da antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 143-167.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU; Edusp, 1974. v. II, p. 37-184.
- MARQUES, A. C. Política e questão de família. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 417-442, 2003.
- _____. (Org.). *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza; Campinas: UFC; Pontes Editores, 2007.
- PALMEIRA, M. Eleição municipal, política e cidadania. *Tempo e Presença*, n. 310, p. 7-15, maio/jun. 2000.
- _____. Política, facção e voto. In: ____; GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 41-56.

- ____; HEREDIA, B. Le temps de la politique. *Études Rurales*, n. 131-132, p. 73-87, 1993.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. In: _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 31-159.
- RONIGER, L.; GÜNES-AYATA, A. *Democracy, clientelism, and civil society*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.
- SCHMIDT, S. W. et al. (Ed.). *Friends, followers, and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, v. 10, n. 1, p. 131-168, 2004.
- STRICKON, A.; GREENFIELD, S. *Structure and process in Latin America*. Patronage, clientage and power systems. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1972.
- VILLELA, J. M.; MARQUES, A. C. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil: estudos antropológicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 63-101.
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. 2. ed. 7. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: _____. *Antropologia e poder*. Brasília; São Paulo: Editora da UnB; Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2003. p. 93-114.

POSFÁCIO

Odaci Luiz Coradini

De todos os aspectos da presente coletânea que poderiam ser tomados como ponto de partida para um posfácio, interessa particularmente destacar suas pretensões no sentido de marcar posição em termos teóricos e metodológicos. O autor do posfácio mantém uma perspectiva um tanto mais desencantada e crítica quanto aos eventuais efeitos e significados dessa ambição nas condições em pauta. Assim, na pior das hipóteses, o texto que segue pode servir como um esforço no sentido de ampliação das questões suscitadas e, portanto, para a discussão de alguns dos principais temas abordados pelos autores dos trabalhos aqui reunidos.

Nesse sentido, um dos pontos principais e mais gerais a destacar é que essa marcação de posição tem um caráter de confronto teórico e metodológico, ou seja, de contrapor concepções e ideias relativas às ciências sociais e possibilidades de colocá-las em prática. Ocorre que a importância e o significado de embates desse tipo, seja no âmbito das ciências sociais ou de qualquer outra área de conhecimento, dependem diretamente do seu grau de autonomia em face dos interesses e das pressões externas. Isso envolve uma série de problemas próprios de condições periféricas, aliados às particularidades da atual conjuntura brasileira, entre as quais se destacam: as condições de formação e de profissionalização e as modalidades de carreira de cientista social; as relações com aquilo que nas condições periféricas em geral e no Brasil é designado como "política", que inclui diferentes modalidades de acumulação de capital de relações sociais e de engajamentos e militâncias, assim como a ocupação de posições de mediação com instituições e organismos públicos; os processos de importação de esquemas teóricos e metodológicos, suas fontes diversificadas e suas relações com as políticas de incentivo ao ensino e à carreira nas ciências